



1

ATA 252

2 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às quatorze horas,
3 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta
4 Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente,
5 Beatriz de Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza e Josemar Severino
7 (Secretaria Municipal de Assistência Social); Daniele de Antoni Calixto Strack
8 (Secretaria Municipal de Saúde); Cláudia Daniele Coneglian (Secretaria Municipal de
9 Educação); Antonio Ademir Rosa (Secretaria Municipal de Gestão Financeira); Clóvis
10 Airton de Quadros (Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos);
11 Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional).
12 **Os conselheiros titulares não governamentais:** José Geraldo Berger (Entidades de
13 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Marcelo Safraid (Entidades de
14 Proteção Social Especial de Média Complexidade); Adrianis Galdino da Silva Junior
15 (Profissionais da Área de Assistência Social); Anderson Quintino Martins (Entidades de
16 Proteção Social Básica); Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro (Usuários da Assistência
17 Social). Os **conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade:**
18 Bernadete Salete da Rocha Prestes (Fundação Municipal PROAMOR). Os
19 **conselheiros governamentais suplentes:** Eliane Scolimoski (Secretaria Municipal de
20 Assistência Social); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de
21 Educação). Os **conselheiros não governamentais suplentes no exercício da**
22 **titularidade:** Ana Carolina da Silva Reis (Profissionais da Área de Assistência Social);
23 Lillian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica) e a secretária executiva do CMAS
24 A.S. Carla Bühner Salles Rosa. **Justificativa de ausência:** Cleber Paula Santos e Lucia
25 Pereira Wolf. **Registramos as presenças:** Cleusa Szreider, Patrícia Mitui, Marli de F.
26 Mendes (Banco de Alimentos/SOS), Érica F. P. Clarindo (Cáritas Diocesana). A reunião
27 tem a **seguinte pauta:** 1- Apreciação e Aprovação da Pauta; 2- Aprovação da Ata 245 e
28 251; 3- Informes Gerais; 4- Discussão da complementação das eleições da sociedade
29 civil do CMAS para recomposição de conselheiros suplentes no segmento de Proteção
30 Social Especial de Alta e Média Complexidade; 5- Apreciação do parecer das
31 Comissões de Acompanhamento do SUAS e Acompanhamento do FMAS sobre a
32 proposta orçamentária do FMAS para o exercício de 2015; 6- Apreciação do parecer da
33 Comissão de Documentação e Cadastro sobre: 6.1. Manutenção das inscrições de
34 entidades e serviços socioassistenciais no CMAS; 6.2. Solicitação de inscrição da
35 Sociedade Afro Brasileira Cacique Pena Branca; solicitação de inscrição da “ONG
36 Cidade de Israel”; 6.3. Solicitação de inscrição do Serviço de Obras Sociais. 7-



37 Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre os seguintes assuntos: 7.1
38 solicitação de alteração do modelo dos projetos apresentado pela Associação das
39 Entidades Sociais de Ponta Grossa; 7.2 solicitação da Associação Ministério Melhor
40 Viver de alteração no plano de aplicação do Convênio 207/2013; 7.3. Solicitação da
41 Colméia Espírita Cristã Abegail de análise da modificação do projeto com a Fundação
42 Proamor para o ano de 2014; 7.4. Solicitação da Associação dos Deficientes Físicos de
43 Ponta Grossa - ADFPG para alteração no plano de aplicação no convênio do
44 SUAS/2014; 7.5 solicitação de alteração no plano de aplicação e redução de metas do
45 convênio 001/2014 da Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional/ Casa do
46 Piá. Presidente Beatriz iniciou a reunião desejando boa tarde, que todos sejam bem
47 vindos e que Deus abençoe a todos, colocou a pauta em apreciação e votação.
48 **APROVADO.** 2- Aprovação da Ata 250 e 251. **APROVADO.** Conselheiro Adrianis
49 lembrou que as atas devem ser publicadas em diário oficial na íntegra. 3- Informes
50 Gerais: Secretária Carla comunicou a publicação do Decreto n° 9.039-31/07/2014 que
51 nomeia a conselheira Lucia Pereira Wolf na titularidade e na suplência a conselheira
52 Lorene Camargo, também nomeia o conselheiro José Geraldo Berger na titularidade.
53 Comunicou o convite para a certificação do Selo Social que será hoje a noite às
54 19h30min. Recebimento de comunicado do Juizado Especial Civil Criminal e da
55 Fazenda Pública solicitando a divulgação do cadastramento de entidades públicas ou
56 privadas com interesse na destinação de verbas decorrentes de prestação pecuniária
57 impostas no âmbito dos juizados especiais, assinado pela Juíza Heloisa da Silva Krol
58 Milak, o material será digitalizado e repassado para todos os conselheiros e entidades.
59 Recebido comunicado do Escritório Regional sobre o Plano Municipal de Assistência
60 Social colocando que o governo do estado já fez a análise do Plano e notifica que o
61 Plano Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Grossa não necessita de
62 ajustes. O PMAS está de acordo com as recomendações estabelecidas, e conforme
63 avaliação se constitui como instrumento capaz de orientar as práticas de assistência
64 social no Município nos próximos anos, transmitem parabenizações à equipe pelo ótimo
65 trabalho realizado com a elaboração do PMAS 2014-2017, assinado pela Coordenação
66 de Gestão do SUAS. Recebido comunicado do Instituto Educacional Duque de Caxias
67 que em função de parceria voluntária desenvolvida com ilustríssimo Diretor Jurídico do
68 Departamento Jurídico da UEPG e professores, está registrado no Cadastro Nacional
69 de Aprendizagem Profissional – CNAP – do Ministério do Trabalho e Emprego, esse
70 registro apresenta-se como marco inicial para um salto de qualidade aos serviços de
71 convivência e fortalecimento de vínculos – Contraturno Social – a ser ampliado
72 gradativamente nesta Instituição. Assinado pelo senhor Armando Madalosso Vieira. O
73 conselheiro Cleber justificou a sua não presença e também a conselheira Lucia



74 colocando a sua suplente na titularidade. Recebemos do conselheiro Alexandro Sirajá
75 de Paula um ofício onde diz “venho através deste solicitar meu desligamento do quadro
76 deste conselho, por motivos de ordem particular”. Secretária Carla solicitou,
77 encarecidamente, que os conselheiros preencham as fichas com seus dados para
78 inclusão dos conselheiros no cadastro nacional. Conselheiro Tierri complementou os
79 informes, colocando que em conjunto com o conselheiro José Geraldo participaram no
80 início do mês da reunião no Conselho da Criança a respeito da elaboração do Plano
81 Decenal, foi um primeiro encontro porque houve mudanças na direção do CMDCA e
82 ficou decidido que até o final do ano o plano decenal deverá ser concluído, as reuniões
83 serão mensais. 4- Discussão da complementação das eleições da sociedade civil do
84 CMAS para recomposição de conselheiros suplentes no segmento de Proteção Social
85 Especial de Alta e Média Complexidade, tendo em vista que o conselheiro José Geraldo
86 assumiu a titularidade, não havendo suplente. Quanto ao suplente do conselheiro
87 Marcelo, Leandro Oteka, não foi possível entrar em contato, então, não há uma
88 desistência formal, mas sabe-se, informalmente, que ele não vai assumir. É necessário
89 chamar todas as entidades destes segmentos e o Ministério Público para fazer uma
90 eleição, para tanto, é preciso formar uma comissão. Formada pelos seguintes
91 conselheiros: Anderson, Adrianis, Marcelo e José Geraldo. 5- Apreciação do parecer
92 das Comissões de Acompanhamento do SUAS e Acompanhamento do FMAS sobre a
93 proposta orçamentária do FMAS para o exercício de 2015, relator conselheiro Anderson.
94 O conselheiro colocou que na reunião foi analisado a proposta orçamentária e, a
95 princípio, a proposta foi considerada “tranquila”, somente com algumas orientações
96 solicitadas, sendo alguns estudos que ficaram para serem apresentados nesta reunião;
97 foi verificado na proposta que tem um valor muito grande em relação a contratação de
98 profissionais para musicalização, então a comissão orientou que seja realizado
99 concurso para estes profissionais, ficaria mais barato do que contratar uma empresa. A
100 comissão solicitou um estudo com relação aos técnicos de nível superior dos CRAS e
101 CREAS, foi solicitada a apresentação dos seguintes dados: quantos profissionais
102 existem hoje, quanto custa e quanto sobra do recurso federal para contratar novos
103 profissionais, o conselheiro Anderson colocou: “a gente sabe que as equipes do CRAS e
104 do CREAS estão defasadas e a gente precisa prever recursos pra isso. Quanto ao piso
105 básico do CRAS, quantos profissionais são necessários.” Conselheiro Tierri colocou: “a
106 questão é que na manutenção do piso básico fixo que é o piso de recurso federal que
107 vem para manutenção dos CRAS, foi colocado pela Gerência Básica o valor de R\$
108 350.000,00 anual para pagamento de salários, esses 350 mil dos 720 mil previstos para
109 o ano seria suficiente para contratar esses profissionais que estariam faltando, durante a
110 reunião a Carla que é a gerente da proteção social básica explicou que era o valor



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

111 necessário, também não tem como tirar de outro que também é necessário.” Secretária
112 Carla colocou que só podemos gastar até 60% do valor do piso com profissionais, se
113 recebemos R\$ 60.000,00 reais mensais até R\$ 36.000,00 reais podem ser utilizados
114 para a folha, o restante não pode ser utilizado em folha, então R\$ 350.000,00 já está no
115 máximo que podemos utilizar, na fonte zero tem o restante, recurso do município.
116 Conselheiro Adrianis questionou se esse recurso é para técnicos concursados ou
117 seletivos. Carla respondeu que é para concursados e a folha no mês passaria a
118 71.000,00 reais, é mais do que o todo o recurso que recebemos. Conselheiro Adrianis
119 colocou que hoje o contingente de CRAS o mínimo é concursado. Carla: “o salário do
120 concursado é maior, então isso aumenta a folha de pagamento, nós precisaríamos de
121 mais dez funcionários, sendo necessários mais trinta mil reais por mês, hoje, é gasto
122 quarenta mil só nos técnicos, com mais dez vai para trinta mil reais, ficando em setenta
123 mil e o município recebe sessenta, do qual só é possível gastar trinta e seis, então, essa
124 complementação é realizada com o recurso do município e não o recurso federal, sendo
125 este um cofinanciamento não sendo possível utilizar 100% no pagamento da folha, a
126 SMAS está com a previsão no máximo, esta foi uma discussão neste conselho em anos
127 anteriores, sendo determinado que nem este valor fosse utilizado, então, não podemos
128 comprometer mais que 60% desse recurso com a folha.” Conselheiro Anderson tem
129 uma contraproposta: “oficiar o município, a secretaria de administração ou de recursos
130 humanos mostrando essa defasagem, essa necessidade, fazer essa cobrança, existe
131 essa necessidade está comprovado no estudo técnico e essa necessidade precisa ser
132 suprida.” Conselheiro Tierri colocou que a única alteração de valor que a comissão fez
133 durante a análise da proposta orçamentária, “até como foi dito na comissão, a gente
134 poderia por dez milhões aqui, só que nada é garantido, o valor que nós colocamos não
135 é certeza que ele vai ser esse montante, pois é uma proposta de orçamento”. No item
136 Subvenções Sociais para entidades sociais (fonte zero) a proposta inicial era de dois
137 milhões e meio e quinhentos mil para Auxílios, ambos fonte zero, a comissão pensou
138 para o ano que vem em aumentar valor de percapita, nessa perspectiva, a comissão
139 sugeriu o aumento de mais um milhão para subvenções sociais, então ficará três
140 milhões e meio de subvenção social e quinhentos mil para auxílio, o total para
141 atendimento das entidades é de quatro milhões, essa foi a única alteração financeira
142 que foi feita, mas não é certeza que esse valor será aprovado, até porque na Lei de
143 Diretrizes Orçamentárias o valor deste item era dois milhões e seiscentos, antes mesmo
144 da comissão, a secretaria já propôs arredondar esse valor para três milhões, então,
145 ainda mais esse aumento, é uma proposta que cabe conversar para que se mantenha
146 ou não esse reajuste. Presidente Beatriz informou que a proposta é que a dotação
147 orçamentária de manutenção das entidades sociais vá para a Fundação Proamor.



148 Conselheiro Tierri falou que os dois milhões e seiscentos que ele comentou
149 anteriormente que ficaram no Fundo e que foi feito o reajuste o restante do valor que
150 estava no FMAS foi retirado e alocado na proposta de dotação orçamentária da
151 Fundação Proamor, então, a fundação teria os nove milhões e ainda mais esses três
152 milhões para complementar as subvenções sociais, até porque a idéia era que todos os
153 convênios ficassem na Fundação Proamor para facilitar o repasse para as entidades.
154 Conselheiro Adrianis colocou que o município não tem uma lei de benefícios eventuais
155 regularizada, há somente a lei nacional vigente. Os benefícios eventuais estão na
156 proteção social básica, o que se pensa para os benefícios eventuais? Segundo a lei,
157 auxílio natalidade e auxílio funeral, o município vem regulamentando a questão do
158 auxílio funeral por outras vias que não a da assistência, pontuou visto que não há, de
159 fato, uma lei para isso. Conselheiro Tierri colocou que existe uma lei municipal, só que
160 está defasada, onde consta óculos e próteses como benefícios eventuais, seria
161 interessante fazermos uma proposta de lei. Conselheiro Adrianis colocou que
162 precisamos normatizar o auxílio natalidade, há uma demanda de auxílio natalidade,
163 órteses e próteses agora pertence à política de saúde, há o problema do leite especial.
164 Conselheira Daniele colocou que a saúde está fornecendo, mas por algum problema de
165 saúde não assistencial, os neonatos estão sendo atendidos nos ambulatórios, o médico
166 do ambulatório fornece o encaminhamento para o leite, o que acontece muitas vezes
167 são mães que não tem orientação de como amamentar, nesse caso são encaminhadas
168 para o banco de leite para orientação e tem casos que o médico não fornece a
169 indicação porque não tem nenhuma indicação de saúde, nenhuma alergia, nem uma
170 intolerância a lactose da proteína do leite, nesses casos não é possível suprir essa
171 demanda. Conselheiro Adrianis colocou que temos sanados duas questões, questão de
172 auxílio funeral já está sanada, o município está se organizando agora com uma nova lei.
173 Presidente Beatriz perguntou como está a questão das cadeiras de rodas, porque
174 muitas pessoas têm procurado as cadeiras. Conselheira Daniele explicou que existe um
175 convênio, com recursos da terceira regional, então não é só para Ponta Grossa das
176 órteses e próteses e é um dinheiro municipal pra atender a maioria e daí vai pra APACD
177 para fazer a parte os pedidos, verificar qual tipo de cadeira e realmente a demora está
178 sendo de um ano para cadeira de roda. Conselheiro Adrianis colocou que a cadeira
179 especial para uma criança a demora é de um ano e oito meses, ele conseguiu por uma
180 outra forma, foi feita uma parceria para conseguir a cadeira, está saindo do hospital hoje
181 e não tinha como, eles até fizeram o pedido, a assistente social fez o procedimento,
182 acha que é preciso discutir com a proteção básica e montar um projeto. Secretária Carla
183 falou que há duas opções, uma comissão para fazer essa análise ou uma comissão
184 mista entre conselheiros e a proteção social básica. Conselheiro Anderson colocou:



185 ainda que se regulamente em relação ao auxílio funeral as regras existe uma dificuldade
186 muito grande do acesso das pessoas, principalmente o acesso à informação, inclusive
187 tinha uma proposta da câmara municipal para que fosse dinamizado esse acesso à
188 informação, através de panfletos e orientações que todas as pessoas deveriam receber
189 quando chegassem no serviço funerário municipal, esse projeto foi vetado pelo
190 executivo com a justificativa de não ter recurso, então se existe o recurso realmente não
191 tem porque não se fazer, então a ideia é interessantíssima, as pessoas precisam de
192 acesso à informação, então sugere que se forme uma comissão para regulamentar
193 seguindo essa lógica do acesso à informação. Conselheiro Adrianis colocou que o plano
194 municipal prevê o auxílio funerário e a política de assistência prevê justamente os
195 benefícios eventuais na perspectiva de organizarmos esse serviço. Secretária Carla
196 perguntou se os conselheiros querem fazer uma comissão ou querem que a gerência
197 básica faça a proposta e traga para o Conselho. Conselheiro Adrianis respondeu que
198 por competência a proteção básica tem a função de apresentar ao Conselho a proposta
199 a qual será apreciada, sugere que tomem como parâmetro a lei estadual ou a lei federal.
200 Conselheiro Anderson colocou que as composições basicamente da comissão foram
201 esses apontamentos. Conselheiro Tierri colocou que o piso básico fixo é a questão do
202 CRAS e o piso fixo de média complexidade que é o mesmo caso só que daí
203 manutenção dos CREAS o mesmo apontamento, valor para salários R\$ 350.000,00, o
204 total para manutenção dos CREAS um milhão de recursos federais e uma parte dos
205 recursos para pagamento de pessoal, no CREAS a questão é mais tranquila que no
206 CRAS porque no CREAS não tem teste seletivo são todos profissionais concursados,
207 então está mais fácil adequar do que a questão do CRAS. Conselheiro Adrianis colocou
208 que no CREAS Sentinela são três técnicos, CREAS central três assistentes sociais,
209 Marli, Tais e Eliane e uma psicóloga. CREAS PENSE um assistente social e duas
210 pedagogas. CREAS POP uma assistente social e um psicólogo, faltam quatro técnicos
211 de nível superior, sendo dois assistentes sociais e dois psicólogos, um advogado a cada
212 oitenta casos em município de grande porte, CREAS central precisaria de mais dois
213 técnicos, tem uma necessidade maior o CREAS central. Érica Clarindo faz uma
214 observação: não está previsto sessenta por cento ainda pode gastar mais. Conselheiro
215 Tierri colocou que por necessidade de outros dados e outras fontes está bem abaixo do
216 sessenta por cento, os valores para material de consumo e os outros valores aqui
217 apresentados com base no estudo das gerências básica, especial e técnica que o
218 menor valor que é o IGD SUAS, previsão de aquisição de equipamentos R\$ 35.000,00
219 mil reais), principalmente porque esse é o único piso que dá para comprar
220 equipamentos, com o IGD Bolsa também pode ser adquirido equipamentos, nos dois
221 pisos onde é possível comprar equipamentos maior parte do valor vão ser gasto com



222 isso. Conselheiro Adrianis perguntou qual o impacto do orçamento da assistência no
223 orçamento geral do município. Carla respondeu que não foi feito cálculo para 2015, mas
224 2014 foi 6% e que a Assistência Social já chegou a sete por cento, mas nunca em oito.
225 Conselheiro Adrianis colocou que há indicação que a política de assistência social
226 cheque em oito por cento do orçamento geral, dado o co-financiamento, é uma questão
227 que é preciso cuidar, para não haver regressão no orçamento da assistência pois as
228 demandas crescem, em 2014 o orçamento da assistência social foi em torno de
229 dezenove milhões. Conselheiro Anderson colocou que vale salientar que foi proposta de
230 conferência a questão do piso mínimo para a assistência social. A secretária Carla
231 colocou que dos dezenove milhões, treze foram para as entidades e o município até
232 então, utilizou até agora seis milhões e não vai chegar a cinquenta ou sessenta por
233 cento do repasse das entidades e esse não é o caminho certo. Conselheiro Adrianis
234 colocou que é aquela discussão que já vem ocorrendo: ou estatiza-se o serviço ou
235 vende-se, se o município vai estatizar todos os serviços como, por exemplo, criar vinte
236 unidades de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com sede própria nos
237 bairros, junto aos CRAS, criar um CREAS POP, um CREAS Central com prédios
238 próprios, ou seja, serviços públicos próprios, os quatorze milhões passam
239 imediatamente para execução do município, na ausência disso, de fato, é um valor alto
240 a considerar, a assistência social está vendendo um serviço, quem já teve contato com
241 o marco regulatório sabe que haverão medidas ainda mais firmes para lidar com a
242 questão de repasse de subvenção das entidades daqui algum tempo. A secretária Carla
243 colocou que o total da proposta orçamentária do FMAS para 2015 seria em torno de
244 quatro milhões e oitocentos reais de recurso municipal e mais quatro milhões e
245 oitocentos reais em recurso federal e mais o aumento de um milhão que foi solicitado. O
246 Conselheiro Tierri colocou que existe dentro da gerência administrativa da SMAS
247 recursos para a manutenção do CMAS, material de consumo, equipamentos e serviço
248 de terceiros, por exemplo, a conferência municipal, então, já está previsto valor do
249 município para a realização da conferência, também tem previsão de recursos para
250 capacitação de conselheiros e manutenção da unidade, como equipamentos, a proposta
251 era comprar um data show, pois é utilizado o equipamento da gerência técnica, a maior
252 parte do valor é para equipamento. Conselheiro Adrianis colocou que apareceu bastante
253 material de distribuição gratuita, apareceu nas duas gerências. A secretária Carla
254 colocou que a previsão na gerência básica é para aquisição de cestas básicas e vale
255 transporte para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. A Gerente de
256 Proteção Especial – Eliane colocou que na gerência especial é para aquisição de vale
257 transporte e passagens. O conselheiro Adrianis colocou que passagens não pode ser
258 distribuição gratuita. A conselheira Eliane disse que o vale transporte será utilizado



259 dentro do município e as passagens são intermunicipais, no caso, Expresso Princesa
260 dos Campos. Conselheiro Adrianis indagou: “mas vocês tem o mesmo consumo ali
261 quando você coloca serviços de passagens e junto a estes, passagens e despesas de
262 locomoção, não podem ser colocados dentro do material de distribuição gratuita, está
263 custando R\$ 180.000,00.” Conselheira Eliane respondeu que colocou material de
264 distribuição gratuita para o transporte interno (fonte zero) e com o recurso federal foi
265 colocado passagens e despesas de locomoção prevendo as passagens intermunicipais.
266 Conselheiro Adrianis colocou que a justificativa é que está dentro do município. A
267 presidente Beatriz colocou a proposta orçamentária do FMAS para 2015 em aprovação:
268 conselheiro Josemar: aprovado; conselheira Bernadete: aprovado; conselheiro
269 Anderson: aprovado com a ressalva de oficiar o município com relação o estudo que a
270 comissão pediu; conselheiro José Geraldo: aprovado com as mesmas observações;
271 conselheiro Marcelo: aprovado; conselheira Patrícia: aprovado; conselheira Claudia:
272 aprovado; conselheira Daniele: aprovado; conselheira Mercedes: aprovado; conselheiro
273 Ademir: aprovado; conselheiro Clóvis: aprovado; conselheiro Tierri: aprovado e
274 presidente Beatriz: aprovado. APROVADO por unanimidade conforme Resolução/
275 CMAS/Nº 33/2014. Item 6- Apreciação do parecer da Comissão de Documentação e
276 Cadastro sobre: 6.1. Manutenção das inscrições de entidades e serviços
277 socioassistenciais no CMAS; Conselheiro Marcelo fez a leitura do parecer sobre a
278 manutenção da inscrição: “Tendo em vista o fechamento do Conselho Municipal de
279 Assistência Social durante o mês de março de 2014, a alternância da gestão e dos
280 membros do conselho especialmente os não-governamentais, a reabertura do prazo
281 para as entidades para a apresentação da documentação, a alteração das normas
282 sobre as inscrições das entidades nos Conselhos de Assistência Social e conseqüente
283 atraso na análise desta documentação e ainda o adiantamento do processo de
284 apresentação dos projetos a serem co-financiados pelo município das entidades
285 inscritas neste Conselho, a comissão optou por proceder a uma análise formal da
286 documentação apresentada detendo-se mais profundamente apenas em alguns casos
287 necessários no entendimento da comissão, a comissão irá criar um formulário próprio
288 para as entidades apresentarem seus relatórios e planos em 2015 visando a celeridade
289 e a eficiência tanto no seu preenchimento quanto na sua análise. Houveram tantos
290 atropelos esse ano que se a comissão for analisar profundamente todas as entidades
291 vamos terminar em dezembro e também tem a questão da análise dos projetos que foi
292 antecipada esse ano, as entidades precisam da inscrição para que possam ter seus
293 projetos aprovados, então foi realizada esse tipo de análise, a comissão foi unânime
294 nessa questão.” Conselheiro Tierri colocou que a própria resolução nacional tem pontos
295 falhos, solicitar um plano de ação que impede a ação executada, por exemplo, até



296 penso para o ano que vem, assim como nos projetos, apresentar um formulário próprio,
297 diferente, com questões mais básicas diferente da resolução nacional que, por exemplo,
298 relatório de plano de ação sem explicar a ação. Conselheiro Marcelo colocou que o
299 plano e o relatório pela resolução nacional pedem itens que não tem muito haver com a
300 análise, talvez no registro para ficar arquivado, mas para analisar a entidade a partir
301 daquelas informações não é muito eficiente, também a própria resolução mudou em
302 maio, substituindo a resolução 16/2010 pela resolução 14/2014 que está regulando as
303 inscrições das entidades, houve todos esses percalços que não dependeu da comissão
304 resolver essas questões, enfim, ficou decidido desta forma, foi deferida a manutenção
305 de inscrição das seguintes entidades, projetos e serviços conforme resolução do
306 conselho, há três categorias de inscrição: inscrição de entidade, inscrição de entidades
307 com sede fora do município, mas que executa o serviço no município e a última
308 categoria: inscrição de serviço, programa, projeto ou benefício. **Inscrição de entidade**
309 **socioassistencial:** Asilo São Vicente de Paulo - Acolhimento Institucional de Longa
310 Permanência para idosos – ILPI; Associação Antonio e Marcos Cavanis - Casa do
311 Menor Irmãos Cavanis - Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e
312 adolescentes; Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa/ASSARTE -
313 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias; Associação
314 Comunitária de Apoio ao CEPRAF Geny de Jesus de Souza Ribas - Proteção Social
315 Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias; Associação de Amigos da
316 Pastoral da Criança/AAPAC - Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Associação de
317 Amigos da Pessoa Idosa - Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Proteção Social
318 Básica no Domicílio para Pessoas Idosas; Associação de Atendimento para Portadoras
319 de Necessidades Especiais Nossa Senhora de Lourdes/AAPNENSEL - Acolhimento
320 Institucional para Deficientes/Residência Inclusiva; Associação de Pais e Amigos do
321 Deficiente Visual/APADEVI - Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e
322 suas Famílias; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponta Grossa/APAE -
323 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias; Associação
324 de Promoção à Menina APAM - Convivência e Fortalecimento de Vínculos e
325 Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; Associação de Proteção aos
326 Autistas/APROAUT - Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas
327 Famílias; Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa – ADFPG - Proteção
328 Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias; Associação Ministério
329 Melhor Viver - 1-Serviço Especializado em Abordagem Social, 2-Acolhimento
330 Institucional/República, 3-Acolhimento Institucional/para adultos e Famílias, 4. Projeto
331 de Atendimento Especializado para Pessoas em Situação de Rua, 5-Serviço de
332 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens e adultos; Associação Ministério



333 Nova História - Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Associação Pontagrossense
334 de Assistência à Criança e ao Adolescente/ APACD - Proteção Social Especial para
335 Pessoas com Deficiências e suas Famílias; Associação Pontagrossense de
336 Emancipação para Deficientes Físicos/APEDEF - Acolhimento Institucional para
337 Deficientes/Residência Inclusiva; Associação Reviver de Assistência ao Portador do
338 Vírus HIV - Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Cáritas Diocesana de Ponta
339 Grossa - Ações de Assessoramento técnico e financeiro a movimentos sociais e grupos
340 populares; Casa Transitória Fabiana de Jesus - Ações de Promoção da Integração ao
341 Mercado de Trabalho nos Termos da Resolução CNAS Nº 33/2011 (com ressalvas de
342 reordenamento); Colméia Espírita Cristã Abegail - Acolhimento Institucional de Longa
343 Permanência para idosos – ILPI; Escola Profissional Piamartina/ Instituto João XXIII - 1.
344 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2. Acolhimento Institucional para crianças e
345 adolescentes; Francisclara Resgate da Criança e da Família - Acolhimento Institucional
346 para crianças e adolescentes; Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais - Ações de
347 Defesa e Garantia de Direitos; Instituto Educacional Duque de Caxias/ IEDC - 1-Recanto
348 Espírita Maria Dolores, 1.1. convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/
349 adolescentes, 1.2.acolhimento institucional para crianças e jovens com deficiência, 2-
350 Escola de Guardas Mirins Tenente Antonio João - 2.1.convivência e fortalecimento de
351 vínculos para crianças/ adolescentes, 3-Esperança Cidade dos Meninos -
352 3.1.convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, 4- Aldeia
353 Espírita da Criança Dr. David Federmann - 4.1.convivência e fortalecimento de vínculos
354 para crianças/ adolescentes, 5-Lar Espírita Odilon Mendes - 5.1.acolhimento
355 Institucional para adultos com deficiência; Jovens com Uma Missão/JOCUM -
356 Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Núcleo de Ponta Grossa da Cruzada dos
357 Militares Espíritas – Casa do Idoso Paulo de Tarso - Acolhimento Institucional de Longa
358 Permanência para idosos – ILPI; Núcleo Promocional Pequeno Anjo - Acolhimento
359 Institucional para crianças; Programa Social Transformando Gerações - Convivência e
360 Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa - 1-Convivência
361 e Fortalecimento de Vínculos para crianças/adolescentes, 2-Ações de Promoção da
362 Integração ao Mercado de Trabalho nos Termos da Resolução CNAS Nº 33/2011, 3-
363 Projeto de segurança alimentar/Banco de Alimentos; o SOS tem um parecer específico
364 então a gente vai avaliar no parecer específico, Vila Vicentina - 1.Casa Santa Luíza de
365 Marillac - 1.1.acolhimento institucional para crianças e adolescentes, 2. Casa da
366 Acolhida - 2.1.acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de Casa
367 de Passagem. **Inscrições de entidades com sede fora do município:** Aliança
368 Brasileira de Assistência Social e Educacional – ABASE – Casa do Piá - Convivência e
369 Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes; Legião da Boa Vontade/ LBV



370 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes. **Inscrições**
371 **de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais:** Serviço de
372 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Associação Beneficente Lua Nova; Ações
373 de Defesa e Garantia de Direitos - Associação de Proteção e Assistência aos
374 Condenados/APAC; Projeto de Reinserção Social e Serviço de Acolhimento/
375 Modalidade Casa Lar - Comunidade Terapêutica Melhor Viver; Ações de Defesa e
376 Garantia de Direitos - Conselho da Comunidade da Comarca de Ponta Grossa; Ações
377 de Defesa e Garantia de Direitos - Grupo de Apoio às Adoções Necessárias/GAAN;
378 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - Centro Integrado de
379 Saúde São Camilo; Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho nos
380 Termos da Resolução CNAS Nº 33/2011 - Instituto Mundo Melhor; Serviço de
381 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes - Centro Social
382 Marista Santa Mônica; Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho nos
383 Termos da Resolução CNAS Nº 33/2011 - Mansão Bezerra de Menezes; Projeto de
384 Reinserção Social e Serviço de Acolhimento/ Modalidade Casa Lar - Pia União das
385 Irmãs da Copiosa Redenção/ Rosa Mística II; Serviço de Acolhimento Institucional de
386 Longa Permanência para idosos – ILPI - Sociedade Espírita Francisco de Assis de
387 Amparo aos Necessitados/ Lar das Vovozinhas Balbina Branco. Conselheiro Adrianis
388 colocou que vale destaque no Marista Santa Mônica, eles não estão na modalidade dos
389 contra turnos, eles estão na modalidade do fortalecimento de vínculos pelo CRAS, é o
390 único que faz hoje no município. Presidente Beatriz colocou que as entidades citadas
391 pelo conselheiro Marcelo, com exceção do SOS que será discutido, todos os
392 conselheiros deverão aprovar ou não a manutenção das inscrições. Secretária Carla
393 comunicou que somente a inscrição da Associação Comunitária Presbiteriana de Ponta
394 Grossa não será mantida, porque deixou de prestar o serviço e não trouxe nenhuma
395 documentação, será realizado contato para solicitar uma manifestação formal. A
396 presidente Beatriz colocou em aprovação a renovação das inscrições: conselheiro
397 Josemar: aprovado; conselheira Bernadete: aprovado; conselheira Lorene: aprovado;
398 conselheira Lilian: aprovado; conselheiro Adrianis: aprovado; conselheiro Anderson:
399 aprovado; conselheiro José Geraldo: aprovado; conselheiro Marcelo: aprovado;
400 conselheira Patrícia: aprovado; conselheiro Tierri: aprovado; conselheira Claudia:
401 aprovado; conselheira Daniele: aprovado; conselheira Mercedes: aprovado; conselheiro
402 Antonio: aprovado; conselheiro Clóvis: aprovado e presidente Beatriz: aprovado.
403 **APROVADO POR UNANIMIDADE, conforme Resolução/CMAS/Nº34/2014.** 6.2.
404 Solicitação de inscrição da Sociedade Afro Brasileira Cacique Pena Branca; solicitação
405 de inscrição da “ONG Cidade de Israel”; conselheiro Marcelo colocou que a Sociedade
406 Afro Brasileira Cacique Pena Branca pediu a inscrição como entidade, descreveu os



407 serviços como clube de mães que envolve costura, pintura e artesanato, aulas de
408 informática para adolescentes, atividades culturais, atividades na área da saúde,
409 palestras e panfletos, apresentou um projeto nada técnico e a comissão deferiu que
410 esse projeto, que é uma instituição antiga com forte vínculo religioso, inclusive o CNPJ
411 consta organização religiosa, o projeto não apresenta critérios técnicos dificultando a
412 caracterização como projeto de assistência social, o estatuto apresenta nas suas
413 finalidades, de uma forma bem ampla, a questão de prestar assistência social aos seus
414 associados e convidados, ampla assistência em várias áreas restrito aos associados,
415 então a entidade não é universal, o estatuto também prevê executar programas e
416 projetos assistenciais, o projeto apresentado não possui informações suficientes para
417 que a comissão pudesse avaliar como uma entidade socioassistencial, há menção no
418 estatuto ainda de ações de defesa de direitos mas de forma ampla nas áreas de
419 educação, meio ambiente e várias outras, a entidade prevê o departamento de
420 abastecimento, arrecadação e distribuição de bens, que é um item que não faz parte da
421 política de assistência social, prevê também um departamento de educação assistencial
422 e orientação, nesse departamento estão o clube das mães que funciona terça e quinta,
423 a assistência social que a entidade coloca é assistência médica, distribuição de
424 medicamentos, alimentos, agasalhos, alfabetização de adultos, aulas de culinária, corte
425 e costura, combate ao HIV AIDS e outros, não especifica serviços de acordo com a
426 tipificação nem mesmo o usuário, a entidade possui uma biblioteca que é acessível à
427 comunidade e aulas de informática que são aulas de duas horas por dia com duração
428 de três meses. No dia 12 de agosto a comissão ouviu a senhora Tânia, responsável
429 pela entidade e o parecer é de indeferimento da inscrição, a entidade embora seja
430 referência na área religiosa e talvez na área de saúde, não se caracteriza como
431 entidade prevalentemente de assistência social, é uma entidade religiosa que
432 desenvolve outras atividades em diferentes áreas, o estatuto prevê fins assistenciais,
433 porém de forma ampla, genérica e não universal, outras atividades previstas no estatuto
434 estão sendo desenvolvidas, foi apresentado projeto neste sentido, mas sem
435 informações e critérios técnicos mínimos, as atividades não chegam a se evidenciar
436 como de assistência social, pois são pontuais, não contam com suporte profissional, não
437 são referenciadas e não são totalmente gratuitas, paga-se pelo material utilizado
438 embora se afirme que há reembolso desse valor posteriormente com a venda do
439 artesanato, o imóvel onde se localiza a entidade esta sob júdice, objeto de ação de
440 usucapião promovido pela senhora Tânia e seu marido que afirmam que tão logo a ação
441 seja julgada farão doação para a entidade, foi cogitado pela comissão a inscrição como
442 entidade de defesa de direitos, uma vez que tem boa entrada junto a população
443 quilombola, contudo ainda faltam requisitos conforme a Resolução/CNAS/Nº 27 como o



444 foco na defesa dos direitos socioassistenciais, articulação em rede, promoção da
445 cidadania, protagonismo, entre outros. Conselheiro Tierrri colocou que a comissão
446 discutiu a questão da entidade trabalhar com esse público bem específico, quilombolas,
447 se a entidade conseguisse transformar isso em um serviço ou projeto. Secretária Carla
448 colocou que a entidade é muito forte na área cultural, são uma referência na cultura
449 quilombola, cultura afro, são muito importantes nesse sentido, na questão da religião.
450 Conselheiro Adrianis colocou que se eles atendessem os quilombolas estariam dentro
451 da política, a alta complexidade prevê justamente o atendimento às comunidades
452 indígenas, quilombolas e os remanescentes do Brasil, segundo aspecto é que eles
453 estão hoje mais ligados a secretaria nacional de direitos humanos na pasta da
454 integração racial do que na assistência, o conselheiro colocou que lembra de ter dado
455 essa orientação à comissão de tentar colocá-los neste caminho junto à Secretaria
456 Nacional, tem uma secretaria de promoção racial e eles têm projetos justamente para
457 manter a memória dos quilombolas, "será que nós precisamos assistencializar uma
458 instituição que não precisa ter patamar na assistência, nós podemos ajudá-los de outra
459 forma, talvez pela secretaria de cultura, fazendo talvez um gancho com a cultura ou com
460 outros departamentos sem torná-los uma instituição de assistência social que vai viver
461 amarrada aos ditames das tipificações de tantas outras coisas, e eles de fato querem
462 manter o apelo deles, que é um apelo pela sua cultura e pela sua religiosidade, nós
463 devíamos chamá-los novamente e darmos essa oportunidade de pensarmos, a
464 secretaria de cultura local, fazer uma interface com eles, tem dinheiro na secretaria
465 nacional para isso." Secretária Carla colocou que eles trazem todo esse
466 encaminhamento, mas na hora da realização do trabalho o fazem com aquelas famílias
467 que moram no entorno, que não são quilombolas, são os moradores do Ouro Verde, da
468 Santa Maria. Conselheira Claudia colocou que a entidade é ajudada com doações e tem
469 um cunho bem político, sabe por que trabalhava na Santa Maria e conhece aquela
470 região, a entidade é ajudada com doações, inclusive doações financeiras. Conselheira
471 Patrícia sugeriu chamar a entidade para uma conversa e deixar tudo bem esclarecido
472 dentro das normas, tudo que é necessário para a inscrição para não haver nenhum
473 comentário da posição de rejeição do CMAS ou seja lá o que for. Conselheiro Adrianis
474 colocou rejeição de cunho religioso, que são dois pontos importantes, é uma religião já
475 apartada e ao receber uma negativa desse conselho pode se evidenciar publicamente
476 que pode haver uma exclusão religiosa, acho que esta negativa se fundamenta a partir
477 do pressuposto da resolução e sobretudo da tipificação. Conselheiro Marcelo colocou
478 que a Tânia esteve na reunião da comissão, foi conversado e ela comentou: "eu que
479 ajudei a montar esse conselho e agora não consigo uma inscrição", então a comissão
480 colocou que há vinte anos as coisas eram diferentes, era diferente a política de



481 assistência social, então, claro ela tem o mérito, o CMAS não está tirando mérito algum
482 dela, pelo contrário, fala-se que a entidade é referência na área religiosa, na área de
483 saúde faz um trabalho interessante com a população, só que é uma entidade que ficou
484 lá, vinte anos atrás, não acompanhou a política, não se adequou, não se atualizou,
485 então, está muito atrasada na visão da política de assistência social, nada impede que a
486 partir de agora queira se adequar. Conselheiro Anderson colocou que se a entidade
487 quiser se adequar deverá ser orientada a ter um profissional de assistência social para
488 que busque a inscrição e faça as readequações necessárias na entidade. Conselheiro
489 Adrianis colocou que deve-se ter cuidado, às vezes não é vocação da entidade ser de
490 assistência social e a entidade pode viver bem continuando com recursos fora do âmbito
491 público, pode continuar atuando sem que, de fato, tenha um registro neste conselho e o
492 CMAS amarrará a entidade como acabamos amarrando as outras instituições que tem
493 registro neste conselho, talvez a Tânia precise esclarecer que o que ela faz, da forma
494 com que ela faz, não é assistência, mas é um trabalho, é um segmento. Assistente
495 Social Érica colocou: “entrei no conselho em 2010 e a Tânia veio com esse pedido, ela
496 já foi orientada e em 2012 quando mudou o conselho a Tânia veio com esse mesmo
497 pedido e tudo isso que os conselheiros e o Adrianis estão falando já foi exposto para a
498 Tânia e depois que é feita essa exposição e dado essa negativa ela se afasta do
499 conselho e depois quando renova o conselho ela volta com o pedido.” Conselheiro Tierr
500 colocou que a Associação Esquadrão da Vida e a Sociedade Afro Brasileira Cacique
501 Pena Branca todo ano tem pedido de inscrição. Assistente Social Érica colocou que
502 talvez fazer essa negativa, fazer esse acompanhamento com a instituição mostrando
503 qual é a vocação da entidade e chamá-la para as capacitações. Conselheiro Anderson
504 colocou que é interessante chamar para conversar para dar a notícia e mesmo assim
505 correr o risco de sair na mídia, falarem que estão tendo preconceito com a entidade,
506 com a religião, mas, nesse caso cabe a questão jurídica e legal de ser mostrado que a
507 assistência social não é como antigamente, antigamente todo mundo achava que jogar
508 uma bola em qualquer lugar era assistência social e hoje não, é direito público, dever do
509 Estado, é lei e temos que fazer cumprir. Assistente Social Érica colocou que uma
510 alternativa é encaminhar uma solicitação para o CEAS, o CEAS tem uma comissão de
511 acompanhamento dos conselhos e de cadastro das entidades também, para eles terem
512 outro olhar. Conselheiro Marcelo falou que foi analisado o pedido de inscrição da
513 entidade e não deu, a comissão tentou analisar como projeto, não deu, analisou como
514 defesa de direitos, também não deu. Conselheira Claudia colocou que desde 2010 eles
515 estão tentando, tiveram chance de para se readequar e não quiseram. A presidente
516 Beatriz colocou em aprovação o indeferimento da solicitação de inscrição da Sociedade
517 Afro Brasileira Cacique Pena Branca: conselheiro Tierr: “concordo com a comissão,



518 indeferimento”; conselheiro Josemar: “concordo, mas acho que não deve mandar nada,
519 chamar para vim conversar aqui”; conselheira Bernadete: aprovou o indeferimento;
520 conselheira Lorene: aprovou; conselheira Lilian: aprovou; conselheiro Adrianis: “aprovo
521 o indeferimento e acompanho a proposta da presidente de chamá-los aqui”; conselheiro
522 Anderson: aprovou; conselheiro José Geraldo: aprovou; conselheiro Marcelo: aprovou;
523 conselheira Patrícia: aprovou; conselheira Claudia: aprova sem chamar; conselheira
524 Daniele: aprova e chamar para conversar; conselheira Mercedes: aprova e chamar para
525 conversar; conselheiro Antonio: aprova e chamar para conversar; conselheiro Clóvis:
526 aprovou, presidente Beatriz: aprova e convocá-los aqui para uma devolutiva. Aprovado
527 o indeferimento e uma devolutiva em consenso, conforme Resolução/CMAS/Nº35/2014.
528 Solicitação de inscrição da “ONG Cidade de Israel”; Conselheiro Marcelo colocou que
529 no requerimento de inscrição como entidade se descreve como Albergue assistencial,
530 na descrição dos serviços colocou atendimento às pessoas carentes e moradores de
531 rua com pernoite, alimentação, saúde e higiene, na folha de atividades do dia escreveu
532 apenas café da manhã, lanche da tarde e sopa à noite, mais nada, trata-se de uma
533 instituição nova, fundada em 2013, estatuto registrado em 31/03/2014, vinculada a uma
534 igreja, Igreja Missionária Cidade de Israel, foi apresentado o estatuto da igreja também,
535 o requerimento de inscrição não demonstra que é entidade de assistência social e nem
536 executa projeto ou programa na área, as atividades descritas são sem nenhum critério
537 técnico, apresenta um cunho essencialmente caritativo ou assistencialista, sem
538 caracterizar, portanto, como atividades inseridas na política de assistência social. O
539 estatuto da entidade também não demonstra que a mesma é uma entidade de
540 assistência social em suas finalidades, ao contrário do descrito no requerimento da
541 inscrição, menciona que visa “atender crianças e adolescentes conforme estatuto da
542 criança e do adolescente e também reabilitação plena da pessoa, tratamento etílico e
543 químico”, ou seja, estatutariamente apresenta uma finalidade, mas executa outra
544 bastante diferente da proposta do estatuto, ademais o estatuto não apresenta critérios
545 mínimos definidos em lei como os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos
546 associados, os direitos e deveres dos associados entre outros. Quanto ao CNPJ, o
547 cadastro foi aberto em cinco de junho de 2013 apresenta como atividade principal
548 albergues assistenciais, apresenta contradição tanto com as atividades descritas no
549 requerimento quanto às finalidades do estatuto, não demonstra que possui instalações
550 adequadas para realização desta atividade, apresentou uma declaração de
551 funcionamento regular assinada pelo vereador contabilista Romualdo Camargo que é
552 um documento irrelevante para o processo de inscrição, ademais a regularidade do
553 funcionamento de entidades socioassistenciais é declarado por este Conselho, órgão
554 competente para tanto, através da inscrição da entidade ou do projeto, a comissão



555 dispensou a visita à entidade uma vez que a análise documental foi suficiente para o
556 parecer, além disso, o conselheiro Patrick relatou que conhece a entidade e que as
557 condições das instalações e do atendimento feito pela mesma é bastante precário,
558 podendo estar colocando em risco a saúde das pessoas ali atendidas. Parecer: pelo
559 indeferimento e sugere-se que seja feito um comunicado à vigilância sanitária para uma
560 inspeção no local, por que o que o conselheiro Patrick relatou aqui é sério. Conselheiro
561 Adrianis colocou que tem dois aspectos que são necessários ressaltar quando estamos
562 discutindo deferimento e indeferimento de inscrições que chegam a este conselho,
563 primeiro: o porquê da gênese desses serviços tão precários: o braço público não chegou
564 lá, onde o braço público não chega com serviços eficazes e eficientes abre-se brecha
565 para serviços amadores como este, onde não há políticas públicas firmes, intensas, o
566 tráfico toma conta e ganha do Estado, ainda que nosso contraturno fosse “The Best”.
567 Segundo aspecto: verificar porque essa igreja está lá, quando essa entidade chegou até
568 este conselho, ascendeu um alerta vermelho para nós, nesta comunidade, ainda que
569 mal atendida, há uma demanda a ser atendida pela assistência social e isso não pode
570 passar despercebido, esse é um aspecto de indeferimento o segundo aspecto é
571 garantir que esse serviço aconteça bem, neste caso o indeferimento ganha força que
572 deve ser mantido, por que ao indeferirmos também abandonamos a questão social que
573 está ali e devemos dar um passo a frente que é fazer o mapeamento da situação e levar
574 até lá alguns serviços, no mínimo fazer o que eles fazem, ou um pouco melhor, sugere
575 então que, o indeferimento é claro, não discorda do parecer, mas que haja um cuidado
576 de olhar um pouco a região a partir do CRAS e ser dada uma resposta. A presidente
577 Beatriz colocou em aprovação o indeferimento da solicitação de inscrição da ONG
578 Cidade de Israel: conselheiro Tierri concordou com o parecer; conselheiro Josemar
579 concordou com o parecer; conselheira Bernadete concordou com o parecer; conselheira
580 Lorene concordou com o parecer; conselheira Lilian concordou com o parecer;
581 conselheiro Adrianis concordou com o parecer e solicitou que seja feito os
582 encaminhamentos sugeridos; conselheiro Anderson: aprovou o parecer; conselheiro
583 José Geraldo: aprovou o parecer; conselheiro Marcelo: aprovou o parecer; conselheira
584 Patrícia: aprovou e indagou se os conselheiros da comissão vão chamar a instituição
585 para explicar, conselheiro Tierri respondeu que esta entidade não foi chamada devido à
586 precariedade que foi constatada, conselheira Patrícia: “mas não seria interessante?”
587 Conselheiro Tierri: sim, conselheira Patrícia: “eu aprovo claro o parecer deles, concordo
588 com o conselheiro Adrianis que há necessidade de fazer o mapeamento, comunicar o
589 CRAS, acho talvez interessante até conversar com esse pessoal.” Conselheiro Tierri:
590 “no caso da Associação Cacique Pena Branca a gente vê uma pontinha que dá para
591 trabalhar e nesse caso tem que começar do zero, mas nada impede que seja chamada.”



592 Conselheira Patrícia: "mas no parecer até como o Adrianis comentou nós estamos
593 virando as costas". Conselheiro Tierri: "sim pode ser o caso, mas a diferença entre as
594 duas é isso, a Sociedade Cacique tem uma esperança e essa não tem esperança mais".
595 Conselheira Claudia: "sem contar que abriu em 2013 eles estão engatinhando."
596 Conselheiro Marcelo: "só uma explicação, a resolução 14 que é a que regula o processo
597 de inscrição, ela faculta a análise documental necessária e caso necessário a visita,
598 então pela análise documental já vimos que não havia condições." Conselheira Claudia:
599 "eu concordo com o parecer e sugiro chamá-los". Conselheira Daniele: "eu concordo
600 com o parecer e que a vigilância faça uma vistoria, o CRAS e que encaminhem as
601 demandas da saúde, de alcoolismo para o CAPS álcool e drogas para os adultos e o
602 CAPS infantil as crianças." Conselheira Mercedes: concordou; conselheiro Antonio:
603 "concordo com o parecer e também com o parecer do Adrianis. Conselheiro Marcelo:
604 "só esclarecendo eles apresentaram o estatuto da igreja também, mas esse aqui é
605 estatuto da ONG, a igreja ela realmente tem a liberdade de oferecer algum benefício,
606 mas eles trouxeram desnecessariamente o estatuto da igreja. Conselheiro Antonio: "eu
607 indefiro, eu apoio, eu concordo com o parecer só estou esclarecendo que é assim que
608 funciona, eu sou terminantemente contra essas coisas." Conselheiro Clóvis: aprovou;
609 presidente Beatriz aprovou, mas além das sugestões, sugeriu que o CMAS faça uma
610 visita porque foi ouvido um conselheiro, então é necessário uma confirmação "daquilo
611 que veio a ser registrado", conselheiro Marcelo: "nós já havíamos optado por não visitar,
612 mas quando o conselheiro Patrick trouxe mais informações, ficou provada a
613 desnecessidade da visita, presidente Beatriz: "eu penso Marcelo que é para reafirmar os
614 nossos encaminhamentos que nós precisamos é CRAS, é vigilância sanitária".
615 conselheiro Marcelo: "eu acho que a gente pode fazer uma visita como conselho e
616 complementou as informações da comissão: "nós chamamos aqui para conversar o
617 Grupo Renascer, a Mansão Bezerra de Menezes, o GAAN, além daquelas que já foram
618 citadas e quanto ao SOS, eu como coordenador deleguei a elaboração do parecer da
619 inscrição da entidade para os representantes governamentais por ser voto vencido na
620 comissão, acho que agora vem o parecer do SOS." Conselheiro Tierri: "como delegado
621 pela comissão eu fiz o parecer." Conselheiro José Geraldo: "eu gostaria antes do
622 parecer, eu acho que dependendo não vai precisar, pela minha visão, é o seguinte não
623 foi na nossa gestão, mas eu tomei conhecimento que existe um mandato de segurança,
624 o Doutor Clóvis está por dentro também, do qual saiu a sentença, não sei se vocês têm
625 conhecimento, eu tenho e trouxe, o juiz diz aqui em breve síntese: alegou o SOS na
626 inicial que foi preciso fazer um cadastramento perante a segunda impetrada de que
627 esta ilegalmente nega-se a fazer o seu registro embora tenha atendido a todos os
628 requisitos exigidos pela própria impetrada, ao final requereu que seja determinada a



629 inscrição definitiva do SOS de Ponta Grossa no Conselho Municipal de Assistência
630 Social para que o impetrante possa continuar funcionado e possa ser beneficiado com
631 as verbas públicas previstas em lei, isso foi o mandato de segurança, o juiz deu a
632 liminar autorizando, ele deu a sentença, eu tomei conhecimento e ontem eu tirei e diz o
633 seguinte: ante o exposto julgo procedente o pedido formulado pelo SOS concedendo-lhe
634 a segurança postulada para fins de determinar a inscrição da impetrante no Conselho
635 Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, de consequência confirma a liminar,
636 claro que essa decisão ainda não foi julgada por que trata-se de público e tal, ele
637 determinou e confirma que como existe poder público a sentença sujeita ao exame
638 necessário, então vai ao tribunal, eu não vejo o porque agora de analisarmos a inscrição
639 se já existe uma determinação judicial, seria conflitante essa nossa análise
640 administrativa agora, se existe uma sentença judicial determinando, eu tomei
641 conhecimento ontem, ainda está em prazo de recursos e independente de haver prazos
642 para recursos das entidades, claro que o SOS não vai entrar, mas nós podíamos entrar,
643 ela vai para o tribunal por se tratar de poder público, então nós chamamos que se trata
644 de reexame/exame necessário do Tribunal, então vai para lá e se não houver nenhum
645 recurso, eu acho que dificilmente o Tribunal vai mudar, dificilmente, então por isso que
646 eu estou dizendo que é inoportuno essa nossa discussão.” Conselheiro Clóvis: “quanto
647 essa questão, que é uma questão formal e delicada por que essa decisão refere-se a
648 fatos passados, não está dito em lugar nenhum que se refere ao futuro, a proposta do
649 SOS é para uma nova inscrição e não para manutenção da mesma, então eu acho que
650 os objetos de mandato de segurança e o objeto aqui em questão são diferentes, não
651 são dados comunicantes, o que hoje nós vamos decidir é se o SOS merece e preenche
652 os requisitos para uma nova inscrição, que é o que ele fez.” Conselheiro José Geraldo:
653 “ele diz definitivamente, ele não diz anos se é naquele”. Conselheiro Clóvis: “vai haver
654 uma dúvida, do ponto de vista do SOS se permanecer uma decisão destas vai ser uma
655 benção para eles, teoricamente eternamente eles vão ter inscrição, se isso transitar em
656 julgado.” Conselheiro José Geraldo: “é que aqui não diz se isso é definitivo, mas
657 também não diz qual é o pedido.” Conselheiro Tierri: “até por que na comissão eu
658 comentei a respeito disso colocando os dois casos, por exemplo, o Juiz deu parecer
659 favorável de inscrição então, daqui cinco anos acontece alguma coisa, e vamos
660 cancelar a inscrição do SOS por uma outra coisa que aconteceu, eles vão pegar a
661 decisão, por debaixo do braço e dizer: vocês não podem cancelar a minha inscrição, é
662 assim que funciona, o oposto também seria o mesmo caso, se o Juiz indeferisse a
663 inscrição, o SOS nunca mais seria inscrito”. Conselheiro José Geraldo: “mas nós
664 estamos discutindo com uma decisão que nós não sabemos.” Conselheiro Marcelo: “as
665 duas teses não são válidas por que a decisão é pontual, se refere ao cancelamento de

666 inscrição de dezembro de 2013, foi aí que o SOS entrou com esta ação e foi isso que o
667 Juiz analisou, o Juiz analisou tão somente também a questão do estatuto do SOS, o
668 parecer com o estatuto atual e resolveu conceder a ordem por conta deste argumento e
669 ponto final, determinou a inscrição que havia sido cancelada, confirmando a liminar e tal,
670 então os novos pedidos do SOS foram por quê? Por que a inscrição estava cancelada,
671 a sentença supre esse cancelamento, então os novos pedidos se tornam sem efeito,
672 perde o objeto, o que a comissão poderia fazer é analisar a questão da manutenção da
673 inscrição porque o SOS está inscrito, a gente poderia entrar no mérito da questão, dos
674 relatórios da legitimidade da instituição, que nós comentamos na comissão, mas no meu
675 ponto de vista não é o caso agora por que já na primeira parte que eu li do relatório das
676 inscrições a gente fez uma análise formal, então o SOS vai cair nesta análise formal
677 também e aí não teria muitos problemas, a questão aqui é a manutenção da
678 inscrição. Conselheiro José Geraldo: “aí sim porque aqui ele não esclarece, eu vi um
679 item aqui que ele dizia definitivamente.” Conselheiro Adrianis: “eu acho que a questão é
680 simples, simples no sentido de que ele devolve o direito de inscrição que foi cancelada o
681 ano passado, como todos os anos até 30 de abril todas as instituições têm que pedir a
682 manutenção da inscrição, o SOS como entidade socioassistencial tem que fazer a
683 mesma coisa, é matéria vencida porque já houve a liminar, ele já foi avaliado
684 formalmente pelo conselho e já houve resolução.” Conselheiro Marcelo: “ai sim a
685 questão da manutenção da inscrição cai nessa questão que o SOS está propondo a
686 inscrição como convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes,
687 ações de promoção na integração ao mercado de trabalho nos termos da resolução 33
688 e projeto de segurança alimentar Banco de Alimentos. Um comentário meu particular,
689 eu fui visitar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos Três Rios, aqui
690 do centro não está em funcionamento ainda e o que eu vi lá nos Três Rios não gostei,
691 achei que está em péssimas condições o atendimento das crianças lá, por esse motivo
692 meu voto é pela não concessão da inscrição para o serviço de convivência e
693 fortalecimento de vínculos.” Conselheiro José Geraldo: “Não dá para dizer o porquê
694 desta dificuldade?” Conselheiro Antonio: “o que você viu lá Marcelo?”. Conselheiro
695 Adrianis: “a comissão esteve lá e de acordo com a legislação, segundo aquilo que prevê
696 a resolução nós não teríamos condições de aprovar o trabalho da forma com que esta
697 lá. Primeiro o espaço físico, espaço físico mesmo que adaptado não comporta cem
698 crianças; segundo, a porta que dá para a rua com grade e cadeados em uma
699 intercorrência nós teríamos fatalmente uma situação drástica, o portão dá acesso direto
700 à rua sem segurança nenhuma e em uma rua de trânsito intenso porque é onde passa o
701 ônibus, quem está do lado de fora tem acesso ao lado de dentro e quem está do lado de
702 dentro tem acesso ao lado de fora e para escolas e projetos o portão sempre tem que



703 ser com segurança, depois as crianças jogando uma bola rasgada, um grupo na
704 televisão, outro grupo em um parque improvisado, os funcionários todos sem saber o
705 que fazer, perplexos, o CMDCA tinha acabado de sair, a coordenadora estava de férias
706 estava outra assistente social responsável que não poupou detalhes das situações que
707 eles estão enfrentando, desde carência nutricional para as crianças até a
708 desorganização do trabalho com ausência quase que total dos facilitadores aos quais
709 nós aprovamos neste Conselho, a cozinha em uma situação muito delicada, foi sugerido
710 a retirada de toda espécie de material inflamável, as paredes são de madeira (refeitório),
711 o projeto não estava em condições de higiene, internamente os funcionários todos com
712 reclamações de não provimento de suas necessidades nem para a execução do
713 trabalho e nem provimento das necessidades para as crianças.” Presidente Beatriz: “e
714 esta responsável que estava lá vocês pontuaram essas considerações?”. Conselheiro
715 Adrianis: “pontuamos, pedimos um relatório e ela vai enviar para o Conselho.”
716 Presidente Beatriz: “além de ela ter pontuado Adrianis, ela buscou mudar essas
717 questões?”. Conselheiro Adrianis: “ela falou que não tem condições, não é da alçada
718 dela, citou nomes e situações, por exemplo, de ter que passar no mercado para comprar
719 carne para levar para as crianças, estou sendo fidelíssimo aquilo que ela relatou, nós
720 saímos de lá bastante preocupados, o que nós afiançamos aqui de fato não está sendo
721 cumprido e ainda temos o agravante agora que amanhã é setembro e tem duzentas
722 metas no centro que o projeto não foi nem aberto, o CMDCA vai encaminhar para nós o
723 relatório que vai passar por ele quarta feira que eles vão dar ou não a inscrição para o
724 serviço, pelo ofício que nós recebemos em fevereiro deste ano, se o CMDCA não
725 conferir inscrição ao contraturno do SOS nós temos que fechá-lo imediatamente.”
726 Conselheira Patrícia: “então agora está nas mãos do CMDCA?”. Conselheiro Adrianis:
727 “não só na mão do CMDCA.” Conselheira Patrícia: “eu queria só comentar rapidamente,
728 a presidente entrou em contato, uma pena que eu não fui com vocês se não teria
729 acompanhado tudo isso, a Andréia Tokutake conversou comigo, soube que vocês
730 estiveram lá, claro o pessoal comentou, falou de todas essas questões que precisam ser
731 ajustadas ainda, a questão da alimentação, ela explicou vários detalhes, se colocou
732 novamente a disposição para vir aqui, falou dos profissionais que vão todos receber a
733 qualificação necessária, diz que ainda não foi feito isso por uma questão de data porque
734 todos passarão por cursos, se mostrou bastante preocupada e disposta para colocar
735 para vocês tudo que está sendo feito e as condições de recursos que eles tem, mas
736 eles estão muito dispostos a organizar o mais rápido possível, ela falou que vão ser
737 feitos estes treinamentos, por uma questão de data que não foi feito ainda, parece que a
738 partir da semana que vem os funcionários serão treinados e ela comentou com relação
739 as questões que você elencou da alimentação, da estrutura, mas eles estão trabalhando



740 muito para adequar isso e conseguir os recursos para pagar.” Conselheiro Adrianis: “as
741 funcionárias deixaram claro que não houve em nenhum momento interferência para
742 melhoria das atividades por parte da diretoria, delegando poder a uma pessoa e
743 deixando que ela falasse em nome deles, uma funcionária foi demitida porque foi
744 transferida para lá e queria estar na carteira na categoria que ela estava como
745 cozinheira e ela foi demitida, o Senalba está sabendo disso, nós tivemos uma conversa
746 com a Andréia nessa mesa, a Beatriz estava. Nós fizemos os mesmíssimos
747 apontamentos e a resposta deles foi vazia. Conselheira Patrícia: “Sobre atender os
748 apontamentos que vocês fizeram?” Conselheiro Adrianis: “exatamente, foi assim, não
749 havia nem datas, quando eu cheguei lá eu me surpreendi, porque quando começou a
750 funcionar eles até fizeram uma parada estratégica e a gente ficou sabendo, eles fizeram
751 esta parada estratégica para dar uma melhorada no ambiente, eu fiquei surpreso, a
752 única questão que me preocupou foi, de fato, que lá é um lugar muito carente, eu voltei
753 com o olhar das crianças me olhando, as crianças brincando naquele lugar parecia a
754 Disneylândia, só que nós não podemos permitir carência nutricional para uma parcela
755 tão alta de trezentos e noventa mil por mês, nós podemos não dar nada para aquelas
756 crianças, mas não podemos permitir carência nutricional.” Conselheira Patrícia: “ela
757 falou sobre essa questão da alimentação.” Conselheiro Adrianis: “não sei uma
758 funcionaria ou voluntária do SOS dizer “não compre”, foi isso que ouvi lá! Que a Ana
759 Duda disse isso, vamos dar nome aos bois, foi isso que nós ouvimos lá.” Conselheira
760 Claudia:”a Ana Duda falou que não era para comprar?” Conselheiro Adrianis:” ela
761 demarcava carência nutricional. Conselheira Patrícia: “parece que ela não está mais?”.
762 Conselheiro Adrianis: parece que hoje, não é?” Foi solicitado para chamar a Sra.
763 Andréia Tokutake, presidente do SOS. Conselheiro Clóvis: “não foi isso que nós
764 aprovamos, nós aprovamos uma coisa aqui aquele dia, onde elas se comprometeram
765 levar cem por cento certo, se não está certo vai ser cortado.” Presidente Beatriz:” e nós
766 assumimos isso.” Conselheiro Clóvis:” sim, e ninguém vai responder no Ministério
767 Público se elas fizeram tudo errado, vai ser cortado.” Conselheiro José Geraldo:
768 “concordo com você.” Conselheiro Adrianis:” e os capacitadores já deveriam estar lá.”
769 Conselheiro Clóvis: “claro.” Conselheiro Adrianis: “são cem crianças, tem demanda de
770 espera, nós temos discutido para ampliar, isso foi o que nós vimos.” Conselheiro
771 Marcelo: “queria complementar o que o Adrianis falou tudo que eu também compartilho
772 do que eu vi lá, o que me chamou atenção foi o espaço pequeno, é uma casa sem
773 estrutura para ser um programa de contraturno, onde seria uma garagem da casa
774 encheram de areia e ali as crianças jogam bola, você sobe um degrau tem outra área
775 talvez um pouco maior que essa mesa aqui, de cimento onde as crianças também
776 brincam, tem uma sala pequena para as crianças, cuja porta dá para a rua que o



777 Adrianis falou que fica trancada, tem o refeitório, todo de madeira, a sala da assistente
778 social tem duas mesas que mal cabem dentro das salas, o refeitório ficou ocupando
779 duas salas, a cozinha lá nos fundos, eles não têm nem freezer na cozinha.” Conselheiro
780 Anderson: “isso é perigoso.” Conselheiro Marcelo: “até nós conversamos com a Beatriz
781 e o Tierri antes, a gente sabe que seria aprovado tudo, mas essa questão aqui nós
782 temos que colocar para o Conselho.” Conselheiro Adrianis: “nós fomos lá quarta-feira de
783 manhã, o CMDCA vai mandar o parecer técnico, eu sai de lá com a convicção que
784 naquela região precisa muito e por ver aquelas crianças...” Conselheiro Clóvis: “eu não
785 conheço o espaço, mas parece que lá a infraestrutura de um modo geral é bem
786 precária.” Conselheiro Adrianis: “eu saí de lá com a ideia de que há potencialidade a ser
787 explorada, quando eu estive lá da primeira vez eu disse: se vocês fizerem uma parede
788 alta no fundo vocês tem uma varanda para a criançada ficar.” Conselheiro Tierri: “eu
789 havia ido lá apenas uma vez, quando ainda estavam em processo de reforma e foram
790 sugeridas várias questões, uma coisa que eu me lembro é que lá só tinha um banheiro
791 do lado de fora e nós sugerimos que fossem abertos dois e eles fizeram, a questão da
792 cozinha que era o refeitório, eles fecharam o fundo inteiro de alvenaria, então a cozinha
793 é toda na alvenaria e tem uma parede de madeira que divide os dois refeitórios, nada
794 impede que aquela parede seja retirada, então, foram apontadas algumas coisas e eles
795 fizeram na medida do possível, o recurso do convênio não pode pagar a reforma, eles
796 fizeram algumas alterações apontadas e outras, como a questão da cobertura, a
797 questão de estender as escadas, ainda não fizeram, mas nada impede que nós
798 apontemos isso e peçamos para eles façam estas adaptações, eu tinha escrito isso
799 nesse parecer que eu fiz, se está errado tem que chamar, tem que orientar.”
800 Conselheiro Adrianis: “não é a questão estrutural, é a palavra que você e a Beatriz
801 empenharam quando na aprovação deste projeto.” Conselheira Claudia: “quanto ao
802 treinamento dos funcionários, por exemplo, as nossas nutricionistas vão fazer o
803 treinamento, as nossas pedagogas vão fazer o treinamento, realmente foi uma questão
804 de data, até foi entrado em contato, ontem a secretária de educação não estava na
805 secretaria, estava viajando, eles ligaram perguntando e eu fiquei de retornar pra
806 conversar sobre isso, então a Educação vai ajudar dando treinamento nutricional, com
807 os atendentes, então este ponto vai ser feito, vai ser dado esse tipo de atendimento.”
808 Conselheiro Anderson colocou que o serviço de convivência e fortalecimentos de
809 vínculos é uma outra realidade que não tem nada a ver com a educação.” Conselheira
810 Claudia: “eu sei, mas é um socorro inicial.” Conselheiro Adrianis: “nós temos uma
811 questão muito importante, simplesmente eles afiançaram o projeto a uma estrutura,
812 nesse momento eu sei que a visita do CMDCA e a nossa visita causou vários
813 rebaixamentos internos, a questão é que agora nesse momento nós temos que pensar



814 nos usuários, abrimos um projeto e agora fechar do nada, mas nós também não
815 podemos comprometer o conselho, a credibilidade e a segurança das crianças, no
816 início todos os funcionários deveriam estar capacitados e toda a equipe técnica lá, estão
817 na segunda parcela do convênio, havia a ideia de uma sala de computação, ela não
818 está lá, uma simples bola costurada.” Presidente Beatriz: “Andréia nós chamamos você
819 aqui porque os nossos conselheiros quarta-feira estiveram lá fazendo uma visita,
820 algumas questões básicas que eles trouxeram que fez com que nós chamássemos você
821 aqui para ouvirmos até que atitude vamos tomar diante dessas situações, então Adrianis
822 você poderia repetir o que você trouxe?”. Conselheiro Adrianis: “quarta de manhã, nós
823 como comissão, visto que nós tínhamos tido uma prévia conversa há um mês e meio
824 atrás, estivemos lá, eu, Tierri, Carla como secretária executiva e Marcelo; chegamos
825 quando o CMDCA tinha acabado de sair de lá, eles foram fazer a visita de inspeção para a
826 inscrição, chegamos e as crianças estavam brincando em um canto de areia, entramos
827 e a primeira impressão que causou é a porta que dá acesso com cadeado e com grade,
828 portão de entrada tanto com acesso para quem está dentro e para quem está fora, para
829 as crianças nenhum tipo de segurança, os funcionários bastante acuados e perplexos,
830 começaram a nos questionar sobre alguns pontos: equipe que não comparece aos
831 trabalhos, carência nutricional, espaço desordenado, crianças em uma atividade um
832 pouco aqui um pouco lá, algumas reformas que foram sugeridas e não foram
833 executadas; estava na ocasião uma assistente social substituindo a coordenadora que
834 está de férias e ela colocou as questões práticas: funcionário que foi demitido porque
835 reclamou de carência nutricional, de ter que passar no mercado para comprar carne
836 para levar para o projeto todos os dias, somado a isso o grande problema foi que eles
837 disseram ‘nós não temos a equipe’.” Andréia: “mediante a esta situação, a Priscila que é
838 a assistente social ela até então para mim é a coordenadora de lá, ela veio até o SOS
839 na quarta-feira bastante nervosa, eu estava terminando de conversar com uma outra
840 pessoa e parei de atendê-la, fui acalmá-la, enfim nós conversamos, ela me colocou ao
841 par dessas questões que vocês estão me passando agora, eu não estava ao par disso,
842 a minha atitude naquele momento foi, primeiro acalmá-la, segundo visitar o contraturno,
843 precisava ver em loco o que está acontecendo, porque, de fato, não era do meu
844 conhecimento, fui ontem lá, sentei e conversei com os funcionários, todos eles,
845 perguntei de um a um quais eram as necessidades, o que realmente estava
846 acontecendo, porque não veio a mim isso, a própria Priscila falou que já havia
847 comunicado a administração que precisava de pães.” Conselheiro Adrianis: “ela citou
848 nomes para nós.” Andréia: “ela falou administração para mim.” Conselheiro Adrianis:
849 “ela disse Ana Duda.” Andréia: “mas a Ana Duda não é da administração.” Conselheiro
850 Marcelo: “ela é coordenadora dos projetos do SOS.” Conselheiro Adrianis: “naquele



851 momento ela disse isso, que isso dificultava, essa é a informação que nós tivemos dela,
852 eu solicitei um relatório descritivo para que nós pudéssemos discutir com ela
853 posteriormente, ai nós íamos sentar com vocês e discutir”. Andréia: “ela me passou
854 essas questões, a questão de funcionários insatisfeitos, pelo menos para mim, ontem,
855 quando eu conversei com cada um deles a única insatisfação era, de fato, a carteira de
856 trabalho que eles precisavam mudar a função para fazer uma adequação, o que já havia
857 sido solicitado e eu já fiz essa cobrança, em relação ao espaço físico, agora, depois de
858 pronto com cortina com pintura foi à primeira vez que eu fui, porque vocês bem sabem
859 que tenho outros afazeres, eu não consigo ficar vindo aqui no contraturno o tempo
860 inteiro, então eu estou aqui quase todas as tardes, mas não é a tarde toda, então eu fui
861 e vi que o local não está tão inadequado quanto você está falando, concordo com você
862 que a gente precisa subir um muro, que a Priscila queria também, ontem veio ao meu
863 conhecimento, quero deixar claro que as coisas vieram ontem ao meu conhecimento,
864 então, na quarta feira que ela veio aqui, ela estava bem nervosa e ontem eu passei a
865 tentar resolver, solucionar esses problemas que é o que eu estava fazendo ali agora, a
866 questão do muro, do fogão, ela falou que é um fogão adaptado, qual é a resposta que
867 eu posso dar para o fogão que é uma necessidade básica, nós não tínhamos recursos
868 próprios para comprar o fogão industrial, ou seja, foi doado um fogão e nós tivemos que
869 nos adequar a esse fogão, logo tendo essa verba de compra que tem que ser própria, a
870 gente vai adaptar o fogão, perguntei para a cozinheira qual é a outra necessidade, nós
871 precisamos sempre de alimentos agendados, nós estamos um mês, um mês e meio de
872 funcionamento, eu tenho as notas dos alimentos, das compras que foram feitas, eu
873 tenho a nota das bolas novas que foram colocadas lá, se essas bolas e esses alimentos
874 não estão lá posso averiguar o porque, as compras foram feitas, tenho notas,
875 orçamentos, os três orçamentos que pedem do mesmo padrão, então isso eu sei que
876 tem ali, inclusive vindo para cá já pedi que providenciem, caso me peçam, equipe de
877 instrutores realmente eles falaram e foi um professor de capoeira, hoje foi a professora
878 de educação física, então, eu questionei o pessoal porque está parado, o que aconteceu
879 e o que está acontecendo, eu estou tentando agora, tendo este conhecimento que até
880 então não tinha, que a coisa estava desta forma, tentando adequar, mas também eu
881 quero dizer que os funcionários naquele momento, quando estavam comigo, por
882 nenhum momento eles falaram, não reclamaram da infraestrutura ou que não tem o que
883 fazer com as crianças, não sei o que passaram para vocês, mas pra mim, eu fui muito
884 clara e calma, igual eu estou falando com vocês, falei: gente pode falar porque eu vim
885 até aqui pra ouvir de vocês, que quando vocês chegam lá eu já não estou no SOS, fui
886 até lá e quis saber, realmente eles querem uma equipe mais presente, essa capacitação
887 inclusive, até havia comentado ontem, cheguei ali e disse que a capacitação já era para



888 ter sido feita, então vamos marcar isso, o problema é que umas das funcionárias, a
889 Priscila, ela saiu, falou ontem pra mim que não ficaria mais, então já não foi hoje, nós
890 conversamos em separado ontem, ela pediu para conversar comigo, explicou os
891 motivos dela e eu entendi e o que eu posso fazer? Vamos precisar de uma assistente
892 social, já mandei correr atrás, inclusive eu estou fazendo algumas entrevistas para
893 tentar ajudar, para que eu possa conhecer as pessoas com que vão trabalhar nesse
894 contraturno. Tem outra garota que está na vaga da assistente social que provavelmente
895 será mandada embora, mas porque ela falta muito, mais falta do que vai, agora coação
896 com funcionário, pelo menos da minha parte, até onde eu tenho conhecimento, nunca
897 existiu. Conselheiro Adrianis: “Andréia quando vocês propuseram este projeto para o
898 conselho nós chamamos atenção para uma coisa que é a responsável técnica, você tem
899 uma superintendente que consta na sua folha de pagamento e que tem a
900 responsabilidade direta pela gestão de todos os projetos do SOS, isso não está
901 acontecendo, você é presidente da instituição, alguns de nós já foram presidentes de
902 instituições e sabem, neste momento tecnicamente todo projeto está comprometido, a
903 fala da Priscila foi clara e evidente, ela é uma técnica respeitada, a Priscila além de
904 assistente social ela é pedagoga, vem de uma larga experiência em contraturno e foi
905 contratada por vocês justamente pela experiência que ela tinha neste trabalho, o que
906 nós temos que talvez se atentar é que alguém não supervisionou o trabalho, alguém
907 não tomou propriedade daquilo que diz a resolução 48, um coordenador de nível
908 superior, um assistente social, um facilitador para cada vinte e cinco crianças e
909 adolescentes, turno de quatro horas, cinco dias por semana no mínimo três horas,
910 horário para atividades artísticas, esportivas e culturais, alimentação: duas refeições
911 básicas por dia, é isso que a resolução diz, é isso que nós aprovamos no projeto.”
912 Presidente Beatriz: “o acontecendo com essa questão de comunicação entre vocês?
913 Está claro que desde o principio não está havendo comunicação, eu acredito que a
914 responsável técnica é responsável também em informar o que está acontecendo, não
915 esperar que receba a visita e dizer que a responsável é a presidente.” Conselheiro
916 Adrianis: “ela disse que conversava com a pessoa que ia lá, então você (Andreia) esta
917 dizendo que quem dava assessoria ao contraturno, ao serviço de convivência e
918 fortalecimento de vínculos, não estava conseguindo fazer essa ponte, essa interlocução
919 entre vocês, entre a superintendente e o projeto, porque isso ficou claro para nós.”
920 Andréia: “quem vem me passar informação, quem está no dia a dia é a
921 superintendência, então é dela que eu tenho que saber o que está acontecendo, agora
922 onde e como a Priscila passou as informações, foi passado e providenciado ou não foi
923 passado, eu questionei também, eu falei que independentemente se estou dentro da
924 sala ou estou fora daqui todos podem me achar a qualquer momento, é só ligar pra mim



925 que eu vou atender, ontem eu parei tudo para ir lá ver o que estava acontecendo, agora
926 também se a Priscila não teve uma resposta de imediato então porque ela não me
927 procurou quando que eu estava ali, porque eu não sou nenhuma caixa fechada, eu não
928 sou ninguém aqui, eu sou voluntária, porque eu tenho que ser penalizada sendo que ela
929 é tão capacitada para o cargo, se ela viu que a coordenadora dela não supriu a
930 necessidade você tem que passar para frente, é assim que eu entendo que acontece,
931 por exemplo, na minha empresa eu também tenho gente na minha frente, mas a partir
932 do momento que o funcionário não tem esse respaldo vem pra mim e vou resolver da
933 forma que eu posso, se eu soubesse das coisas que estavam acontecendo com certeza
934 eu teria resolvido, a história dos pães eu fui lá imediatamente e pedi para aumentar, o
935 macarrão também, ou seja, eu vou correr atrás, agora é muito simples as pessoas
936 falarem e falarem, vocês visitaram lá e ela falou o que ela quis, ontem estava tudo bem
937 pra mim.” Conselheiro Adrianis: “eu vou terminar minha fala dizendo ninguém, talvez
938 poucas pessoas nesse ano tem acompanhado tão de perto a situação como eu que era
939 da comissão que li e reli os projetos muitíssimas vezes, sabe quando confiamos a nossa
940 casa para alguém que achamos que tem todas as capacidades para fazer da nossa
941 casa o melhor ambiente para a gente viver? E de repente a gente começa a ver que o
942 pó da sala está ficando muito grande, a louça da cozinha está aumentando cada vez
943 mais, as camas não estão mais quentes, os banheiros não estão mais limpos, só que só
944 descobrimos isso depois que já não temos mais habitabilidade numa casa, ao meu ver
945 como conselheiro e assistente social talvez vocês tenham passado por isso num projeto
946 que podia ser o ‘plus’ de vocês, garantindo a virada em vários aspectos, seria o
947 contraturno social e num lugar que o olhar daquelas crianças, eu tive vontade de ficar lá
948 com eles, talvez vocês confiaram demais em alguém que talvez tivesse pouca
949 capacidade de gestão e agora, infelizmente, as cobranças estão vindo para quem tem o
950 cetro na mão e não é a técnica, não é a cozinheira, porque eles são artífices eles
951 obedecem ordens e eles tentaram falar, se você ligar no Senalba há um leque de
952 reclamações.” Andréia colocou que tem contato direto com o presidente do Senalba, ele
953 sempre está lhe ligando. Conselheiro Adrianis: “acho que uma grande avaliação é o que
954 se pode fazer a partir de agora, eu acho que vocês têm potencial para tocar melhor o
955 projeto, recursos para isso tem também, agora é uma opção corajosa de vocês, ou
956 confiam este projeto a alguém com capacidade técnica que faça de fato acontecer ou
957 cai em descrédito e cair no descrédito por não ter instrumentos é uma coisa, tendo
958 instrumentos é, de fato, atestar que a gente não quer fazer.” Conselheiro Anderson: “em
959 relação à capacitação, vocês marcaram com quem? Como vai ser? existem dois livros
960 lançados pelo MDS, orientações técnicas sobre o serviço de convivência e
961 fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de seis a quinze anos, os livros



962 colocam o que precisa fazer e o que precisa para trabalhar e para a qualificação do
963 profissional precisa ser alguém que entenda disso, não se pode, em hipótese alguma,
964 confundir serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com contraturno escolar,
965 não se usa nem esse termo de contraturno e enfim o MDS tem uma série de materiais
966 muito ricos para capacitação e qualificação profissional que basta que o SOS tenha um
967 coordenador de nível superior, um assistente social qualificado para fazer isso que você
968 vai conseguir qualificar a tua equipe.” Andréia: “a gente começou ontem à tarde, eu
969 comecei a fazer essa busca, foi quarta feira que começou isso, de quarta feira pra cá eu
970 comecei essas buscas, eu comecei a fazer a cobrança daquilo que eu fui cobrada
971 perante os funcionários e passei a tentar executá-lo, então assim, isso foi quarta, hoje é
972 sexta, estou sentada ali em uma sala tentando fazer os remanejamentos, pegando as
973 informações de cursos, liberação de mais pão, compras, enfim, para tentar fazer com
974 que as coisas sejam diferentes, agora eu também não posso fazer milagre, tipo de
975 quarta para segunda, segunda-feira está marcada a minha visita lá de novo, eu vou dez
976 horas da manhã, vou ver o número de crianças que vocês falaram em diminuir, são
977 setenta e sete, até a Priscila falou que ia suspender as matriculas pela capacidade do
978 local, inclusive esse espaço físico, tem um vizinho que tem um barracão grande,
979 estamos estudando algumas ideias, vamos ver para frente.” Conselheiro Adrianis:
980 “chame a sua equipe técnica porque você tem uma equipe técnica muito boa, muito
981 experimentada, as assistentes sociais que vocês têm são de longa formação, estudem o
982 projeto, a resolução, tem dois cadernos muito bons disponíveis, faça uma capacitação
983 legal, talvez reordenar, vocês estão atrelados a uma decisão, não é nem só deste
984 conselho é uma decisão do CMDCA, se ele não der a inscrição o trabalho não pode
985 continuar.” Conselheira Claudia: “acho que deve haver a substituição imediata dessa
986 supervisora que tinha que ter feito essa ponte lá e cá.” Presidente Beatriz: “que a gente
987 não precise mais... Andréia, porque além de nós colocarmos você, numa situação muito
988 ruim, muitas vezes você não tem conhecimento, precisamos discutir mais sobre essas
989 questões, a estrutura, os serviços do SOS.” Conselheiro Clóvis: você tem uma diretora
990 executiva lá não tem? Então a diretora executiva ela é responsável por toda a instituição
991 ou superintendente, você tem uma autoridade dentro do SOS remunerada para essa
992 função e que jamais poderia deixar chegar a um ponto desses, então eu sou de opinião,
993 nesse momento, que o conselho deve emitir uma diretriz especificamente para esta
994 situação pontuando tudo que foi relatado por vocês aqui, porque eu não estive presente
995 e exigindo do SOS e dando prazo para que retifique, corrija, faltou comida, tem bola
996 rasgada e você vem dizer que comprou bola que comprou comida e que não sabe se a
997 comida chegou, isso é inadmissível, abertura de sindicância, investigação do que
998 aconteceu, responsabilização do responsável, e nós aqui vamos votar agora uma



999 diretriz com prazo, nós vamos dar nome aos bois, tem uma superintendente, você tem
1000 uma estrutura de pessoal lá dentro, isso Andréia não pode acontecer, nós quando
1001 demos uma aprovação aqui para liberar o recurso para o SOS nós ficamos
1002 condicionados e nós não vamos fugir do que nós condicionamos, ou os serviços que o
1003 SOS oferece saem de acordo com o que ficou combinado ou vai ser fechado, isso tem
1004 que ser bem claro e desculpe falar isso pra você Andréia, a gente sabe que você se
1005 esforça, isso eu frisei bem quando nós fizemos nosso voto aqui em separado que trata-
1006 se de dinheiro público e não pode acontecer isso, tem que ser organizado o serviço, se
1007 não dá para atender a meta que foi colocada 100, 200 crianças tem que ser reduzido, se
1008 o espaço é insuficiente tem que ser corrigido, se o recurso que foi destinado para
1009 reforma não é suficiente tem que ser mudado, mais o que não pode acontecer é inação,
1010 não pode acontecer de chegar os conselheiros ali e os funcionários virem dizer o que o
1011 Adrianis está contando, que falta comida, Andréia isso não dá, não pode acontecer, isso
1012 é responsabilidade civil e penal de quem dá causa e decorre para nós também.” Andréia
1013 colocou: “o que a funcionária falou que falta e que as crianças pedem são outros tipos
1014 de alimento, a mãe vai lá e exige a água mineral, exigem o tipo de carne, foi isso que
1015 me passaram ontem, as crianças não deixaram de se alimentar.” Conselheira Claudia
1016 colocou: “na educação é feito o controle nas escolas do que entra, do que é repassado
1017 e no final do mês o que foi consumido e assim você sabe o que foi usado lá.”
1018 Conselheiro Adrianis: “a palavra foi “acionamento de comida”, racionamento de comida
1019 indica que se a criança tem fome para comer dois pães ela come um, no caso para
1020 abrigo ou qualquer instituição o usuário vem com fome e se ele vai repetir e falam
1021 para ele que não pode repetir, ele vai embora com fome.” Conselheiro Antonio colocou:
1022 “é o testemunho de quatro pessoas não é um testemunho isolado.” Andréia falou que
1023 pode imaginar, “agora pensem só uma coisa, não estou duvidando do que vocês estão
1024 falando para mim, é obviamente que elas devem ter falado tudo isso, eu só estou
1025 querendo dizer para vocês que o que me passaram ontem naquele refeitório não foi
1026 isso, essa história do pão, gente eu não chego coagindo de maneira nenhuma, da forma
1027 que eu converso com vocês eu converso com eles, com toda educação do mundo, até
1028 porque eu não tenho muito poder de mandar embora ou coisa assim, não sou só eu,
1029 então o que acontece, quando falaram do pão, elas falaram faz quatro semanas que
1030 pedimos para aumentar o pão, eu não sabia que tinha sido feita esta solicitação, o pão
1031 falta porque a criança quer comer dois, três, quatro pães, tudo bem são extremamente
1032 carentes, não é uma questão que nós não mandamos o pão, estava calculado por
1033 criança teve que aumentar mais cem.” O conselheiro Josemar colocou que chegou
1034 ontem para ele a solicitação de aumento de pães. Andréia falou que fazem quatro
1035 semanas que foi solicitado pela Priscila, e ela solicitou o ofício encaminhado, leu o ofício



1036 e viu que estava datado de antes de ontem, ligou para o secretário (SMAS) hoje, ele
1037 tinha conhecimento, não diz que houve falha, assume essa falha. Conselheiro Clóvis
1038 perguntou quem era responsável por esta unidade. Andréia respondeu que o ofício
1039 estava assinado pela superintendente e que então ouve ali alguma falha, mas prefere
1040 resolver esta questão lá dentro. Conselheiro Clóvis colocou que o CMAS vai fazer o
1041 seguinte, sugere aos companheiros, colegas, conselheiros, em vez do CMAS
1042 simplesmente cancelar, será dado um prazo para o SOS se ordenar e trazer resultados
1043 para o CMAS, trazer relatório escrito, indicar tudo que precisa e cumprir aquilo que tem
1044 que ser feito e se não se adequarem, infelizmente tem que ser cortado o recurso, o
1045 CMDCA está prestes a emitir uma decisão sobre a concessão do registro para o SOS
1046 funcionar ou não, se o CMDCA disser que não, infelizmente não há o que o CMAS
1047 possa fazer, se o CMDCA também vai se compadecer, se ele vai ver a necessidade de
1048 dar prazos para o SOS se readequar, porque se ele negar no dia seguinte o recurso
1049 corta, então são vários pontos: “vejam lá no CMDCA, aqui nós vamos deliberar agora
1050 um prazo para o SOS se adequar e, por favor, Andréia deixe uma pessoa lá dentro do
1051 SOS, que seja a Isane, que seja alguém responsável especificamente por esse projeto,
1052 porque o que consta para nós, o que veio para nós é que teria uma pessoa responsável,
1053 então essa pessoa tem que responder e se der problema, você falou lá que tem
1054 problema de segurança, que tem problema de criança que pode sair correndo e se
1055 alguém se machucar essa pessoa vai responder, então, tudo isso a gente vai colocar
1056 agora por escrito, nós vamos mandar um ofício para vocês lá no SOS pedindo
1057 providências, vamos mandar direto para a presidente, será um prazo razoável para que
1058 possamos conversar novamente e você trazer: foi feito isso, foi feito aquilo, até se puder
1059 fazer um relatório com fotografias, imagens, com planilha de custos, o que foi e o que
1060 não foi e trazer para o CMAS analisar.” Conselheiro Marcelo colocou que toda
1061 discussão que ocorreu aqui no CMAS durante o ano sobre esse projeto de contraturno
1062 foi muito polêmico, até algumas técnicas do SOS, se não se engana até a própria
1063 Andreia falou para deixar este projeto para lá, porque havia muito problema para se
1064 resolver nesse ano sobre esse projeto, na sua opinião, a escolha do projeto pode ter
1065 sido equivocada, agora, com certeza, foi equivocado o local, o imóvel onde esta sendo
1066 realizado, viu lá e acha que ali não tem como adequar, sinceramente, podem ir lá e
1067 olhar, pode ser construído mais dois banheiros, pode-se cobrir, mas ali não é um
1068 espaço para contraturno, o conselheiro pediu que o SOS reveja desde o início, analise
1069 se é viável este projeto, como está causando tanta polêmica, tanto prazo para
1070 adequação, colocou que a própria presidente Beatriz e o conselheiro Tierri se
1071 comprometeram a corrigir tudo e agora, três meses depois, sua sugestão é essa, que
1072 revejam totalmente e se for para abrir mão desse recurso para tentar repensar o projeto,



1073 talvez o ano que vem, é um projeto que esta desgastando o conselho, esta desgastando
1074 a instituição, esta pondo em risco crianças, será que foi uma boa escolha o projeto?
1075 Será que foi uma boa escolha o local para o projeto? O conselheiro Adrianis colocou
1076 que compartilha da mesma preocupação que o conselheiro Marcelo mas, acha que
1077 neste momento não podemos recuar pelas crianças, é igual uma criança que nunca
1078 comeu uma balinha e chupa uma balinha e fica esperando o outro dia para ganhar outra
1079 balinha, sabe que a assistência social não trabalha com precariedade, alerta o SOS que
1080 a entidade têm duzentas vagas já estão no terceiro mês de descumprimento de
1081 duzentas vagas, a cláusula de barreira diz que ao final do convênio se não for cumprido
1082 tem que devolver integralmente os valores. Conselheiro Clóvis colocou: “você é técnico
1083 Adrianis, ajude a gente a escrever tudo isso para mandar para eles, tem que sair um
1084 documento aqui de dentro por escrito. Conselheiro Adrianis colocou: eu estou
1085 preocupado, esse contrato é com o fundo, não é com a Proamor, todas as instituições
1086 estão mandando ofício agora nos indicando redução de metas imediatas e rompendo
1087 com valores, pode acontecer que em junho e maio do ano que vocês tenham que
1088 devolver o equivalente a doze meses de duzentas metas e não ter o dinheiro em caixa,
1089 implica o conselho e a sua diretoria executiva, como encaminhamento Beatriz sugiro
1090 que como monitoramento de projetos nós fizéssemos um relatório fazendo
1091 apontamentos, eu Adrianis me coloco a disposição pra ajudar a sanar algumas
1092 dificuldades, eu conheço um pouco da dinâmica do Contraturno mas eu acho que
1093 internamente você precisa empoderar alguém que de fato toque o trabalho.”
1094 Conselheiro Clóvis: “de fato e de direito que toque isso aí, esse descaminho de
1095 informação, já pensou se isso começa acontecer em todos os projetos do SOS? Então
1096 se tem que determinar alguém, que seja a Isane ou algum responsável teu que fique
1097 para atender este, inclusive o que foi falado aqui é verdade, esse projeto é o que pode
1098 vir a resgatar o SOS como instituição, vamos dizer assim, como uma instituição forte em
1099 termos de assistência social e não política, ou resgata ou afunda de uma vez.”
1100 Conselheiro Adrianis colocou que os encaminhamentos serão dados e será comunicado
1101 ao SOS. Foi agradecida a presença da presidente do SOS. Conselheiro Adrianis sugeriu
1102 que o CMAS fizesse um relatório com alguns apontamentos e seja encaminhado à
1103 presidente do SOS, colocou que não podemos interferir no trabalho, sugeriu que fosse
1104 realizada uma interface com Gerência Básica porque as crianças seriam as mais
1105 prejudicadas. Presidente Beatriz colocou em aprovação a manutenção da inscrição do
1106 SOS: Conselheiro Tierri: concordou em aprovar a manutenção da inscrição e concordou
1107 com as ressalvas para o serviço de convivência; conselheiro Josemar: concordou em
1108 aprovar a manutenção da inscrição e concordou com as ressalvas; conselheira
1109 Bernadete: concordou com tudo que foi falado; conselheira Lorene: concordou;



1110 conselheira Lilian: concordou; conselheiro Adrianis: concordou com os apontamentos
1111 que serão dados ao trabalho; conselheiro José Geraldo: concordou com os
1112 apontamentos; conselheiro Marcelo: concordou e ressaltou que essa reunião está sendo
1113 atípica, parabenizou os conselheiros Clóvis e Adrianis pelo bom senso e colocou: “claro
1114 meu Deus você está certíssimo quem que vai querer sentar na frente do promotor para
1115 ficar respondendo, se o projeto não está bom, se não é viável, altera, retifica e deixa ele
1116 correto como tem que ser dentro da legislação ou o que você falou é verdade, vai ter
1117 que ser fechado, infelizmente, com todos os resultados, talvez essa briga toda que
1118 começou, falando abertamente, com a Ana Duda que trouxe o prefeito aqui, então
1119 vamos trabalhar com discussão de ideias não precisa de subterfúgios, até criminosos
1120 para ganhar votos aqui dentro, vamos votar abertamente, parabéns para o Alex que
1121 resolveu sair porque não foi eleito legitimamente, quem dera se todos que não fossem
1122 eleitos legitimamente fizessem o mesmo. Conselheira Mercedes colocou: “eu não saio,
1123 eu permaneço, se estava dando indireta pra mim... Conselheira Leni votou e concordou
1124 plenamente com tudo que foi falado aqui, parabenizou a todos, porque é assim que
1125 deve acontecer o trabalho, em harmonia, paz, bom senso e todos estão aqui para
1126 responder a respeito de tudo que acontece na nossa sociedade, temos que ter bom
1127 senso e fazer as coisas de acordo com o que devem ser; conselheira Mercedes:
1128 aprovou; conselheiro Antonio: colocou que não quer ser redundante, mas eu não podia
1129 ficar calado diante do que viu hoje aqui, que estamos aqui como facilitadores, sempre
1130 medimos força mas hoje vimos o bom senso prevalecendo. Presidente Beatriz: aprovou
1131 com as ressalvas do parecer; conselheiro Anderson: aprovou; conselheira Patrícia,
1132 aprovou; conselheira Daniele aprovou e conselheiro Clóvis aprovou. Conselheiro
1133 Marcelo lembrou que na resolução de indeferimento da Sociedade Afro Brasileira
1134 Cacique Pena Branca e Cidade de Israel acrescentou no final, a concessão de quinze
1135 dias para recursos perante o CMAS. 7- Comissão de Monitoramento e Avaliação de
1136 Projetos sobre os seguintes assuntos: 7.1 solicitação de alteração do modelo dos
1137 projetos apresentado pela Associação das Entidades Sociais de Ponta Grossa.
1138 Conselheiro Adrianis colocou que isso foi vencido, eles pediram para tirar um item da
1139 planilha e na data de hoje os projetos já foram entregues, então é matéria vencida pelo
1140 CMAS, aprovado direto pela comissão por conta de ser matéria vencida. 7.2 solicitação
1141 da Associação Ministério Melhor Viver de alteração no plano de aplicação do Convênio
1142 207/2013; conselheiro Adrianis colocou que é só uma alteração de valores dentro do
1143 RH, a comissão aprovou conforme a carga da UGT. 7.3. Solicitação da Colméia Espírita
1144 Cristã Abegail de análise da modificação do projeto com a Fundação Proamor para o
1145 ano de 2014; conselheiro Adrianis colocou que foi aprovado pela comissão conforme a
1146 carga da UGT dando parecer favorável, a entidade só alterou a carga horária dos



1147 funcionários e contratou mais um funcionário, não alterando o montante de despesas.
1148 7.4. Solicitação da Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa - ADFPG para
1149 alteração no plano de aplicação no convênio do SUAS/2014; conselheiro Adrianis
1150 colocou que foi aprovado pela comissão conforme a carga da UGT dando parecer
1151 favorável para alteração, a entidade necessita alterar para mais material de expediente
1152 porque agora eles tem artesanato, o parecer foi positivo e nós acompanhamos. 5
1153 solicitação de alteração no plano de aplicação e redução de metas do convênio
1154 001/2014 da Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional/ Casa do Piá.
1155 Conselheiro Adrianis colocou que a Casa do Piá, o SOS e o IEDC foram chamados para
1156 uma conversa sobre o número de metas do contraturno, pois é preocupante o não
1157 cumprimento, o que acarretará sanções jurídicas, a Casa do Piá reduziu as metas de
1158 200 para 160 colocando 40 metas a disposição do conselho, para oficial foi solicitado
1159 um ofício do diretor presidente Adir João Berton, a partir de primeiro de setembro do ano
1160 corrente começam a operar com 160 vagas, o IEDC também vai nos comunicar a tempo
1161 e agora o SOS. O conselheiro Clóvis indagou se na informação ao SOS vai constar
1162 isso? O conselheiro Marcelo comunicou que o Ministério Nova História também vai pedir
1163 redução de metas, por problemas pessoais o pastor se afastou durante seis meses,
1164 durante o tempo da doença e do falecimento do filho, ele vai retomar agora para tentar
1165 aumentar o número de metas, ainda não decidiram quantas metas vão reduzir, mas já
1166 descobriram uma região que tem demanda. Conselheiro Adrianis colocou que o CMAS
1167 deverá emitir uma declaração solicitada pela Cooperativa Conchas Velhas, colocando
1168 que o Banco de Alimentos, atrelado ao SOS está inscrito no CMAS, sendo: “O Conselho
1169 Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições conferidas
1170 pela Lei nº 9.302/07, e alterações previstas na Lei nº 10.075 de 17/11/09, DECLARA
1171 que o Programa Banco de Alimentos vinculado a entidade Serviço de Obras Sociais de
1172 Ponta Grossa, está inscrito neste Conselho sob o número 38”, esta declaração é para
1173 que eles possam apresentar e fazer a entrega dos alimentos. Conselheiro Tierri lembrou
1174 que recentemente foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, a partir de
1175 agora todas estas demandas com relação a esses projetos da CONAB e aquisição de
1176 alimentos serão encaminhadas para lá. Todos concordam com os seis itens de
1177 monitoramento então: APROVADO. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, o
1178 vice-presidente Tierri Rafael Ribeiro Angeluci agradeceu a presença de todos e
1179 encerrou a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Esta ATA foi transcrita pela
1180 assistente administrativa Patrícia Mitui, redigida por mim, Carla Bühner Salles Rosa,
1181 secretária executiva que, após aprovada segue assinada por mim, pelo Presidente e
1182 demais conselheiros presentes.